



Morador de casa parcialmente derrubada por enchente olha obra de contenção da margem do córrego Água do Frangueiro. Rubens Cavallari/Folhapress

Nunes gasta R\$ 2,2 bi sem licitação e ignora obra estrutural

Plano de ações contra enchentes avança pouco; prefeitura afirma que são frentes de trabalho distintas

Marcos Hermanson e Julia Estanislau

São Paulo. De março de 2022 a setembro de 2023, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras de São Paulo contratou, de forma emergencial, sem licitação, oito diferentes obras de contenção das margens do córrego Rio Verde, na zona leste. Três delas num raio de 600 metros da casa de Eliseu Alcântara, 45.

As obras pararam a 8 metros da ponte que dá acesso à rua onde ele mora. Deixaram um trecho do riacho com as margens desprotegidas e continuaram em outro ponto. A intervenção estreitou o rio. Com isso, dizem quatro moradores ouvidos pela Folha, o lugar passou a conviver com enchentes. "Perdi sofá, geladeira e outros móveis", conta Alcântara. "Tomei R\$ 6.000 de prejuízo".

De setembro de 2021 a dezembro de 2023, a gestão Ricardo Nunes (MDB) contratou R\$ 2,2 bilhões em 140 obras emergenciais deste tipo, de contenção de margens de córrego. O valor representa 65% de toda a verba empenhada pela prefeitura em obras de combate a enchentes no período, incluindo piscinões e piscinolas nesse período.

Por outro lado, as ações que a própria prefeitura estabelece como estratégicas acabaram recebendo menos atenção —das 43 obras estruturais previstas no PDD (Plano Diretor de Drenagem), apenas três foram entregues até o fim de 2023. O documento define exatamente quais as principais intervenções de combate a cheias na cidade. As obras entregues são o reservatório Paciência, na zona norte, o polder Africanduva Rj e o reservatório Taboão, na zona leste. A prefeitura investiu R\$ 65 milhões nas três estruturas, o que equivale a 3% do total gasto com as obras emergenciais. As informações foram obtidas via Lei de Acesso à Informação.

Procurada, a prefeitura disse que as obras do PDD são emergenciais (fazem parte de frentes de trabalho distintas, que

não competem entre si. Sobre as cheias no córrego Rio Verde, afirmou que duas obras ainda estão em andamento e que trabalha para construir um reservatório na região. As empresas B&B Engenharia e BBC Construções, responsáveis pelas três obras mais próximas ao local com alagamento, disseram que o problema das enchentes é antigo.

Além do caso do córrego Rio Verde, pessoas de outras regiões da cidade também apontam problemas semelhantes. É o caso de moradores da rua Botuverá, por onde passa o córrego Água Espraiada, na zona sul. Eles afirmam ter começado a enfrentar enchentes após obras emergenciais.

A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do município contratou seis intervenções de contenção de margens no riacho, todas num raio de um quilômetro, mas deixou exposto trecho que percorre a rua.

Uma dessas obras termina na ponte que fica a poucos passos do bar de Antônio Stochmal, 68. "A rua virou um piscinão", diz o comerciante.

Esse problema não existia aqui antes da obra? "Três moradores ouvidos pela reportagem relatam que o estreitamento do rio, causado pela colocação das paredes de concreto, fez a água represar na ponte, causando o alagamento. A secretaria disse que está analisando alternativas para o combate às enchentes na rua Botuverá."

Os R\$ 2,2 bilhões gastos em obras emergenciais de contenção de margens seriam suficientes para construir 15 das 36 obras previstas no Plano de Ações do Plano Diretor de Drenagem, publicado pela secretaria em 2022.

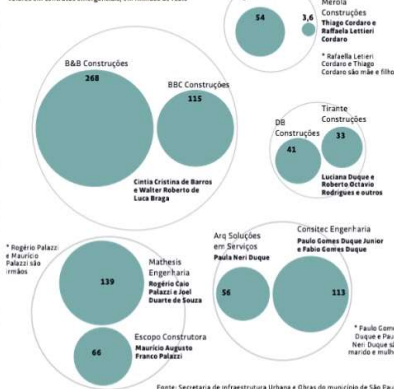
Até 25 obras do Plano de Ações têm potencial de reduzir em 4,6 quilômetros quadrados a mancha de alagamento do município, reten-

Prefeitura gasta R\$ 2,2 bilhões para concretar córregos sem licitação e entrega 4% das medidas estruturais



Algumas empresas são dos mesmos donos ou têm sócios entre a mesma família

Valores em contratos emergenciais, em milhões de reais



do mais de quatro milhões de metros cúbicos de água, segundo a prefeitura.

Uma delas é o Reservatório Carumbé 01, sendo lugar da lista de prioridades do Plano de Ações. Teria 60 mil metros cúbicos e ajudaria a aliviar o impacto das enchentes na Brásia, mas não saiu do papel.

"A água chega na altura do joelho", diz o ajudante-geral Aristides Santos, 33, sobre as enchentes que atingem a favela Nova União, a poucos metros de onde seria o piscinão.

"Uma administração seria pedir o plano diretor e faria licitação para as obras estruturantes", diz o vereador Celso Gianazzi (Pso), que entrou com representações no TCM (Tribunal de Contas do Município) pedindo investigação das intervenções.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras disse que o reservatório Carumbé está em fase de planejamento.

Na comparação com 2017, o gasto com obras emergenciais aumentou 10,200% em São Paulo. Uma auditoria do TCM apontou suspeita de superfaturamento de R\$ 62 milhões em 18 dessas intervenções.

A lei autoriza a realização de obras sem licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizado risco à população.

"A contratação emergencial pode demonstrar falta de planejamento", diz Alessandro Soares, professor de direito constitucional no Mackenzie. "Além disso, abre margem para sobrepreço e superfaturamento".

Procurada, a secretaria disse que "as intervenções [nos córregos] são executadas somente no trecho onde há risco", atestado por laudos da Defesa Civil, vistorias de técnicos e parecer do procurador do município.

"Não adianta fazer a obra em um ponto específico", afirma a engenheira Melissa Graciosa, da Universidade Federal do ABC. "É insuficiente, uma medida de curto prazo, e o problema pode piorar no futuro".

"Essas obras têm um apelo eleitoral", diz Anderson Nakano, urbanista e professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo.

Metade das obras emergenciais contratadas pela atual gestão está na zona leste. Das 41 empreiteiras contratadas pela secretaria para as obras emergenciais, dez concentram 63% do valor dos contratos, ou R\$ 1,4 bilhão. Algumas guardam vínculos entre si.

É o caso da Mathesis Engenharia, que tem R\$ 139 milhões em contratos emergenciais de contenção de córregos. A empresa é de Rogério Franco Palazzi, irmão de Rogério, e de Augusto Palazzi, dono da Escopo Construtora Limitada, que tem R\$ 66 milhões em contratos do tipo.

Também é o caso da B&B Construções e da BBC Construções, que juntas têm R\$ 383 milhões em contratos emergenciais para contenção de margens de córrego. Estão sediadas na mesma esquina e têm os mesmos sócios: Walter Luca Braga e Cintia Cristina de Barros, que são um casal.

Em nota, a B&B disse que ambas as empresas estão credenciadas na Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras e possuem capacidade técnica comprovada, tendo atuado em obras públicas e privadas por mais de 15 anos.

Procurada para comentar os contratos, a prefeitura disse que a seleção de empresas para execução das obras se dá após uma cotação com três concorrentes, "sendo escolhida aquela que oferece o maior desconto sobre os serviços a serem realizados". Disse também que os orçamentos seguem a tabela de custos da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras.

As empresas Ara, Comitêc, Mathesis, Escopo, DB Construções e Tirante Construções foram procuradas por e-mail e telefone, mas não responderam à publicação do texto.